



## Ser mãe e presidiária: análise de duas fotografias de Adriana Lestido

Luiza Possamai Kons

### Como citar:

POSSAMAI KONS, L. Ser mãe e presidiária: análise imagética de duas fotografias presentes no livro “Mujeres presas” da fotógrafa argentina Adriana Lestido. *MODOS: Revista de História da Arte*, Campinas, SP, v. 7, n. 1, p. 271-299, mai.2023. DOI: 10.20396/modos.v7i2.8671217. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8671217>.

**Imagem** [modificada]: Adriana Lestido. Sem título. La Plata, Argentina, 1991-1993. Fotografia P&B. Livro *Mujeres presas*. Fonte:<http://www.adriana-lestido.com.ar>

# Ser mãe e presidiária: análise de duas fotografias de Adriana Lestido

Being a mother and prisoner: analysis of two photographs  
by Adriana Lestido

Luiza Possamai Kons\*

## RESUMO

Este artigo analisa duas fotografias presentes no livro *Mujeres presas* (1991-1993) da fotógrafa argentina Adriana Lestido, realizadas dentro do Cárcel de mujeres nº 8 de Los Hornos, na cidade de La Plata, capital da província de Buenos Aires. O objetivo é entender se essas imagens de mulheres mães, que não correspondem a um imaginário feminino e de maternidade, criam uma construção imagética sobre a maternidade em uma possível criação de uma partilha do sensível, termo proposto por Jacques Rancière. Para isso, será traçado um panorama histórico de questões relacionadas à temática no contexto ditatorial e pós-ditatorial argentino.

## PALAVRAS-CHAVE

Fotografia contemporânea. Adriana Lestido. Mulheres presas. Maternidade. Ditadura militar argentina.

## ABSTRACT

This article analyzes two photographs present in the book *Mujeres presas* (1991-1993) by Argentine photographer Adriana Lestido, taken inside the Cárcel de mujeres Nº 8 de Los Hornos, in the city of La Plata, capital of the province of Buenos Aires. The aim is to understand if these images of women mothers, which do not correspond to a feminine and maternity imaginary, create an imagetic construction about maternity in a possible creation of a sharing of the sensitive, term proposed by Jacques Rancière. For this, a historical overview of issues related to the theme in the dictatorial and post-dictatorial Argentine context will be traced.

## KEYWORDS

Contemporary Photography. Adriana Lestido. Women in Prison. Maternity. Argentine Military Dictatorship.

## Introdução

As duas bonecas Evitas pela primeira vez se viam numa cerimônia peronista em um bairro da grande Buenos Aires. Foi a própria Evita<sup>1</sup> quem mandou fazer as réplicas perfeitas, e em tamanho natural, para dar conta dos compromissos solicitados pelo partido. Mas naquele dia, em questão, na inauguração de um campo recreativo de um sindicato, por um mal-entendido, ambas foram enviadas ao mesmo local, vestindo trajes idênticos. Ninguém percebeu a duplicidade de iguais que habitam o mesmo espaço: o segredo do regime estava mantido. Ninguém a não ser as Evitas, que ainda que moldadas à risca, tinham fabricantes humanos. E ocorre que a perfeição, “como todos os absolutos, é uma questão escorregadia. Eram perfeitas, isto é, idênticas, mas esse traço não era recíproco” (Aira, 2002: 118). Na narrativa, do escritor argentino César Aira, a personificação de Eva Perón é trazida ao plano do objeto, de bonecas que se comportam, gesticulam e dizem aquilo que se espera, e mesmo ao se verem refletidas não conseguem sair do papel atribuído pois a sua projeção enquanto ícone superou a possibilidade do imprevisível (próprio ao gesto humano):

Voltaram-se uma para a outra, encararam-se francamente, com a mesma dúvida nos olhos. Mas como era difícil falar, fazer uma pergunta ou respondê-la sem que a outra não fizesse igual e ao mesmo tempo! Qualquer pergunta que pudesse fazer, a outra também faria, e não valia a pena ouvir a resposta, pois seria o que ela mesma responderia. Era uma cascata vertiginosa, todo o diálogo se antecipava a si mesmo e se consumia em um fogo de revelação: ela não era a única, e isso significava que não era ela.<sup>2</sup>

No “corpo boneca” de Evita vivenciamos a angústia de alguém presa aquilo que se espera<sup>3</sup>, uma mãe simbólica pronta a abraçar e salvar os desamparados. Temos uma mulher que ocupa a esfera pública, que discursa para o povo, mas como uma imagem santificada em um paralelo bíblico: Maria com os braços abertos, a ponte entre os fiéis e seu filho Cristo. Já em Evita de traços virginais estava a eleição por Deus “para se estar perto

do “líder do novo mundo: Perón ‘?’ Era a mãe que não teve filhos próprios transformada na Mãe de todos”<sup>4</sup> (Navarro, 2010: 43, tradução nossa) o símbolo repetido a exaustão, do caminho “a ponte do amor entre Perón e o povo”<sup>5</sup>.

Mas e quando, na Argentina de Evita, entramos no viés contrário: o de mulheres mães anônimas e que não cumprem um ideal tanto de representação feminina quanto de maternidade? E como se formam suas imagens? Como questionar um imaginário fabricado no ideal de bonecas? De réplicas das réplicas que precisam seguir códigos sociais que ainda que invisíveis são violentos à diferença que se forma?

Na busca, por entender imagens dissidentes de mulheres mães que não correspondem a um imaginário<sup>6</sup> tanto feminino quanto da maternidade, em si, é que este artigo analisa duas fotografias presentes no livro *Mujeres presas*<sup>7</sup> (1991-1993) da fotógrafa argentina Adriana Lestido, mais especificamente na construção imagética do ser mãe dentro do Cárcel de mujeres N° 8 de Los Hornos na cidade de La Plata, capital da província de Buenos Aires, local em que a série foi desenvolvida, em uma possível criação de uma partilha do sensível, termo proposto por Jacques Rancière.

## **A maternidade como política: no contexto pós-ditatorial argentino e na trajetória fotográfica de Adriana Lestido**

Foi em novembro de 1982, um ano antes do final da Ditadura Militar argentina, em meio a um protesto<sup>8</sup> contra o regime, iniciado na Plaza Alsina de Avellaneda, em direção à Casa Rosada, que a fotógrafa Adriana Lestido observava atentamente uma mãe<sup>9</sup> e uma filha com os braços esticados e lenços brancos<sup>10</sup> na cabeça. Elas clamavam a ausência de respostas sobre o desaparecimento do homem, que era pai e companheiro. A fotografia *Madre e hija de Plaza de Mayo* (1982) [Fig. 1], em preto e branco, se converteu em

um símbolo de resistência, um lembrete para que “Nunca Más”<sup>11</sup> o regime ditatorial se repetisse. E marcou a trajetória de Adriana Lestido, que havia iniciado, apenas uma semana antes, sua carreira como repórter fotográfica no jornal *La Voz*. Depois que seus colegas homens fizeram retratos das duas e seguiram a registrar os oradores do ato, Adriana continuou a observá-las, até conseguir captar a tristeza profunda que ambas transmitiam e que perseguia a fotógrafa, com então 27 anos, e que segue a acompanhando: “Faz pouco tempo que entendi ser essa imagem fundadora de todo meu trabalho posterior. A busca delas era também a minha. E segue sendo”<sup>12</sup> (Lestido apud Livtin, 2013, tradução nossa).



FIG. 1. Adriana Lestido, *Madre e Hija* – Plaza de Mayo, Buenos Aires, Argentina, 1982. Fotografia P&B. Fonte: <http://www.adrianalestido.com.ar>.

Assim como as fotografadas, a mulher por trás do visor era acompanhada pela ausência: em 1978, o homem que foi seu marido, o militante Guillermo "Willy" Moralli se somou aos desaparecidos do regime. Alguns meses após o desaparecimento dele, Adriana começou a fotografar, sem fazer uma associação consciente entre os dois fatos. Mas os afetos e a contradição de vínculos ausentes que se delineiam pela memória se tornaria tema recorrente em seus trabalhos fotográficos.

Nascida na cidade de Buenos Aires em 1955, o crescimento e a construção identitária<sup>13</sup> de Adriana, e dos indivíduos de sua geração, foi marcado por um período de instabilidade política<sup>14</sup>, anterior à ditadura militar, deflagrada em 24 de março de 1976. Como militante no grupo Vanguardia comunista, ativa no movimento universitário, a fotógrafa vivenciou o início da trajetória adulta com a intensificação de incertezas e o medo. Ela comentou que em 1975 o ministro da educação Oscar Ivanissevich deixou explícito que seu principal objetivo era eliminar “a desordem da universidade” (Lestido apud Litvin, 2013).

A repressão se tornou comum depois que a Junta de Comandantes em chefe das três armas assumiu o poder e indicou o General Jorge Rafael Videla. No chamado “Estado Terrorista”, a população argentina vivenciou, até 1983 (último ano da ditadura), um período caracterizado pela extrema violência, prática rotineira de tortura, com campos clandestinos de detenção e extermínio – órgãos de direitos humanos estimam que mais de 30 mil pessoas desapareceram no país neste período (Capelato, 2006: 66). Apesar das especificidades do contexto argentino, a incerteza, o medo e a instauração de regimes ditatoriais não foi uma exclusividade dessa nação, sendo uma constante no século XX em países da América Latina<sup>15</sup>, alterando os modos de vida dos cidadãos e impactando diretamente na produção de artistas<sup>16</sup> latino-americanos.

Em sua trajetória pessoal, a formação e consolidação de Adriana Lestido como fotógrafa se deu na transição entre o final do regime militar, correlacionada à perda da guerra das Malvinas<sup>17</sup> para o regime democrático

com o presidente eleito Raúl Alfonsín. Começou seus estudos em fotografia na Escuela de Arte y Técnicas Audiovisuales de Avellaneda, e trabalhou como repórter fotográfica dos jornais La voz, Página 12 e na agência DyN, de 1982 a 1995. Desde esta última data, além da produção artística, dedicou-se ao ensino com a coordenação de oficinas e práticas fotográficas. É autora de sete livros fotográficos<sup>18</sup> e suas séries que receberam maior reconhecimento nacional e internacional são: *El amor* (1992-2005), *Madres e hijas* (1995/98), *Mujeres presas* (1991/93), *Madres adolescentes* (1988-90) e *Hospital Infanto-Juvenil* (1986-88). É integrante da agência Vu (França), sendo representada por Rolf Art (Argentina) e por Clair (Alemanha/França). Dentre os vários prêmios e bolsas recebidas destacam-se: bolsa Hasselblad, em 1991; a bolsa Guggenheim – concedida pela primeira vez na fotografia Argentina – em 1995; o Prêmio Mother Jones, em 1997; e o Gran Premio Adquisición del Salón Nacional de Fotografía, em 2009. Foi declarada Personalidad Destacada de la Cultura por la Legislatura de la Ciudad de Buenos Aires, em 2010. Além disso, diferentes obras de suas coleções estão integradas em museus pelo mundo: Museo Nacional de Bellas Artes, Buenos Aires, Argentina; Museo de Arte Moderno, Buenos Aires, Argentina; Museum of Fine Arts, Houston, USA; Museo de Bellas Artes, Caracas, Venezuela; Bibliothèque Nationale, Paris, França; e Göteborg, Suécia.

E se o início da trajetória de Adriana Lestido ocorreu na transição do regime ditatorial para o democrático, foi também neste período, em 1977, que se formou o grupo das *Madres de Mayo*<sup>19</sup>, associação de mães e avós que neste ano começaram a protestar em frente à Casa Rosada, sede da Presidência da República Argentina, clamando por respostas sobre o desaparecimento de seus filhos, e que cinco anos depois (conforme já citado) marcariam a carreira da fotógrafa com a imagem *Madre e hija de Plaza de Mayo* [Fig. 1]. Em um encontro que atuou como um conjunto de espelhos que se repetiam e formavam infinitos reflexos: se a dor de perder uma filha ou filho não pode ser medida, juntas encontram acolhimento e entendimento e acabam por tomar frente na luta pela garantia dos direitos humanos, denúncia da

violência estatal e justiça pelos desaparecidos na ditadura militar no país:

sem tratar-se de um movimento feminista nem autodefinido como movimento de mulheres, neste leque de organizações e movimentos de demanda por justiça elas tem presença majoritária e além disso outra questão que chamou especialmente nossa atenção é que constantemente as mulheres se autodemominam como mães. (Pita, 2001: 139, tradução nossa).<sup>20</sup>

No artigo “A construção da maternidade como lugar político nas demandas de justiça Familiares de vítimas do terrorismo de estado e da violência institucional na Argentina”<sup>21</sup>, a pesquisadora María Victoria Pita<sup>22</sup> aborda o processo de transição dessas mulheres que habitavam em sua maioria o universo privado como donas de casa, e que passam a ocupar e serem atuantes no espectro político e usar como base discursiva “valores e representações tradicionais e hegemônicas de gênero”<sup>23</sup> como modo de organização e mobilização social. Contudo neste caso, a identidade a que são designadas, e em que reside sua subjetividade, isto é, mães e donas de casa, não é utilizada para reproduzir as opressões contidas no universo patriarcal<sup>24</sup>, e sim como instrumento de luta e identificação desses corpos<sup>25</sup>. Assim, a maternidade passa de signo individual para cada uma delas, e torna-se uma identidade coletiva: “É por meio de ideais como a da mulher protetora e defensora do seu lugar, que essas mulheres saíram às ruas”<sup>26</sup>. A própria ideia de mulher é constituída em uma narrativa essencialista a partir da maternidade como reprodução humana e elemento de definição da identidade feminina”<sup>27</sup>. Em que exercer a maternidade, dentro de um espectro hegemônico, é um dever indissociável da mulher e nesse sentido reivindicar publicamente respostas para o desaparecimento de seus filhos, é algo socialmente aceito e condizente com o imaginário materno. Isto é, além de suas contribuições imprescindíveis<sup>28</sup> para o avanço das investigações dos crimes de estados cometidos durante a ditadura militar argentina: as *Madres de Mayo* perpetuam no imaginário recente do país o discurso da maternidade como intrínseco e como faceta principal de sua constituição



identitária. Com seus lenços brancos na cabeça, juntas na praça, juntas no compartilhar a vida e o mate, as mãos que reclamam justiça, são lidas como “o exemplo máximo do que uma mãe<sup>29</sup> pode fazer para defender e resguardar seus filhos”<sup>30</sup>.

## **Um parto no escuro: a maternidade nos centros clandestinos**

Se as *madres y abuelas de mayo* ganham, com o passar dos anos, validação social por se costurarem na projeção da mãe de família aos moldes do cristianismo, as militantes sequestradas eram rechaçadas nos centros clandestinos justamente por não corresponderem ao que se proporia um ideal de mulher<sup>31</sup>. Elas representavam cerca de 30% das vítimas do terrorismo de estado (Álvares; Laino Sanchis, 2017: 8) e dentre as torturas sofreram de violências próprias a sua condição de gênero. Os repressores insistiam em xingar as vítimas em palavrões como “filha da puta”<sup>32</sup>, e relacionar as mulheres a comportamentos sexuais considerados, em sua visão, libertinos, como os de orgias. Também era comum o questionamento da quantidade de abortos que supostamente haviam praticado, dando como certo que foram feitos. Em paralelo, se julgavam no direito de interromper a gravidez sem o consentimento das donas desses corpos<sup>33</sup>, porém, se o contrário fosse feito, as mulheres eram consideradas inimigas das famílias argentinas. As grávidas, além de inimigas do Estado, somavam outra forma de ameaça sendo um risco para o futuro da nação:

A "subversão" era vista pelos militares como uma enfermidade que buscava infectar o dito corpo corrompendo-o desde a base, desde o nível celular, desde o interior da família. A obrigação do estado era “curar o tecido social enfermo”, exercendo sua autoridade sobre os “agentes patológicos”, devia usar sua autoridade para aniquilar a "subversão" e preservar a família argentina. (Álvares; Laino Sanchis, 2017: 10)<sup>34</sup>

Dos corpos que habitavam os centros clandestinos sem saberem ao certo onde estavam seus companheiros/as de luta, sem notícias dos familiares e sem a informação de quando sairiam dali ou se sairiam, sujeitos à deterioração que sofriam, desde a tortura física até à violação sexual, gerar outra vida nestas condições, era um regime de incertezas expandido: a criança chegaria a nascer? E se nascesse poderia estar consigo? Seria ao menos entregue à família? Seria dada a chance de presenciar seu crescimento?

No artigo “Maternidades em cativeiro – Experiências de maternidade, gravidez, e parto em centros clandestinos de detenção durante a última ditadura militar argentina”, os pesquisadores Victoria Álvarez e Fabricio Laino Sanchis<sup>35</sup> investigam, por meio de depoimentos de mulheres presas durante o regime ditatorial, e que estavam em período gestacional ou presenciaram companheiras de cela nesta situação, quais os tipos de violência eram aplicadas especificamente a este grupo<sup>36</sup>: “a maioria dos casos, as sobreviventes relatam que elas, ou suas companheiras de cativeiro, esperaram o parto em condições infra humanas e humilhantes”<sup>37</sup>. E ainda que não seja possível delinear um comportamento padrão por parte dos militares, uma vez que em cada caso havia uma conduta diferente, é pungente verificar o uso da violência e a violação dos direitos humanos. Há relatos de detentas que receberam golpes repetidas vezes na barriga, inclusive durante o trabalho de parto<sup>38</sup>, e que não foram levadas a um hospital para parir. Ocorreram casos em que o nascimento se dava na mesma sala em que eram torturadas, “dentro dos mesmos espaços concentracionistas, os perpetradores criaram verdadeiras “maternidades” clandestinas”<sup>39</sup>, e depois “a maioria dos/das meninos/as nascidos/as em cativeiro foram separados/as de suas mães e apropriados/as por agentes de repressão ou outras pessoas próximas”<sup>40</sup>. Apesar disso, a esperança dessas mães era alimentada pelos oficiais que muitas vezes diziam que os bebês seriam entregues às avós<sup>41</sup>, algo que raríssimas vezes ocorria<sup>42</sup>. A decisão por tomar para si a

descendência dos militantes (além de os sequestrar e torturar), era o passo final para garantir uma Argentina “livre” de ameaças<sup>43</sup>:

O que interessava aos repressores não era o destino das experiências maternas concretas e reais daquelas mulheres que, como "subversivas, haviam sido degradadas simbólica e materialmente, mas reforçar a maternidade como instituição patriarcal, como elemento estruturante das relações de hierarquias de gênero que tinha sido posto em tensão. Além disso, a distinção conceitual entre a maternidade como instituição e como experiência nos permite aproximar a compreensão dos sentidos que essas mulheres deram às suas experiências de gravidez e maternidade em cativeiro, significados que foram muito além do que disseram, fizeram e pretendiam os agentes de poder dos campos clandestinos.<sup>44</sup>

Ser mãe por entre as grades de um regime que encobre seus ossos, era ter uma identidade para além de presa política: e isso era inaceitável. Se de seus corpos emergiam flores por entre os cactos do deserto, ceifariam-nas, para que fossem unicamente presas, a maternidade lhes era negada. A imagem deveria ser de exclusão, encarceradas da própria existência, como na capa do livro *Mujeres Presas* [Fig.2]: uma mulher por sobre um recorte da pequena janela, o contorno negro evidencia o formato retangular, as mãos que se esticam em uma espécie de aceno incerto, mas ela não nos fita de volta. Seus olhos estão fechados, ela está “presa” no seu mundo interior, como se para além das regras impostas pelos aparelhos estatais que cerceavam a liberdade os sujeitos habitassem a tentativa de decisão do próprio corpo. Mas ela está isolada, no enquadramento paralisante recortada em uma certeza: está presa.

E se a figura 2 é posterior ao sequestro de mulheres nos centros clandestinos, guarda resquícios do *modus operandi* que lhe é anterior, e que tropeça na própria memória:

Todos caminhamos sobre ossos, é uma questão de fazer buracos profundos e alcançar os mortos encobertos. Tenho que cavar, com uma pá, com as mãos, como os cães, que sempre encontram os ossos, que sempre sabem onde os esconderam, onde os deixaram esquecidos. (Enriquez, 2016: 96)



FIG. 2. Adriana Lestido, *Sem título*. La Plata, Argentina, 1991-1993. Fotografia P&B. Livro *Mujeres presas*.  
Fonte: <http://www.adrianalestido.com.ar>.

Em *Nada de carne sobre nós*, conto da escritora argentina Mariana Enriquez, as conexões entre a ditadura e a pós-ditadura se tocam nas distintas formas de aprisionamento por sobre os corpos<sup>45</sup> das mulheres: entre um monte de lixos a narradora personagem encontra uma caveira com a inscrição “Tati, 1975”, sem entender que a inscrição acusa<sup>46</sup> um provável resto corpóreo do terrorismo de Estado e a leva para casa. Tati passa a se chamar Vera. E torna-se a obsessão da narradora que decide parar de comer: “Vera e eu vamos ser belas e leves, noturnas e terrestres; belas crostas de terra sobre os ossos. Esqueletos ocios e bailarinos. Nada de carne sobre nós”<sup>47</sup>. A anorexia e a busca em desaparecer é o lembrete de corpos que podem ser diretamente assassinados como Vera, ou que sucumbem à violência simbólica como a narradora.

## A dupla prisão

Uma mulher está louca. Grita no sótão. Os homens que a escutam sabem que é ali onde deve estar. Em um local que não represente perigo. As outras que vivem na casa guardam este medo de serem consideradas sem razão. De serem mantidas trancadas sem a chance de dar respostas a perguntas que sequer serão verbalizadas. Ela que está trancafiada e fora de si no sótão – a louca do sótão (*the madwoman in the attic*) – é uma das alegorias delineadas por Rita Felski (1989; 2003) ao analisar obras de autoria feminina do século XIX. Nestas literaturas, o ambiente doméstico se sobrepõe e às mulheres resta uma existência que se dá no plano privado. A partir de alegorias, figuras que transcendem o símbolo, Felski<sup>48</sup> subverte as próprias caixas e entende que mesmo as personagens serão um conjunto de alegorias e vivências que se mesclam.

Nas alegorias que se repetem há um regime de violência para que determinados corpos ocupem determinados espaços, por exemplo, às mães cabem o encarceramento no lar. Já as mulheres que ocupam as celas do sistema prisional, cria-se o imaginário de que não devem constituir família: “se a mãe ocupa a ideia de corporificação da própria ideia de casa, que segurança traria para uma criança se estiver presa?”. O questionamento se conecta a uma moralidade materna que tece qual é a maneira “correta” de ser mãe (Villalta; Graziana, 2017: 84):

Devido em maior medida à naturalização da função materna e seus papéis estereotipados de gênero, as mulheres privadas de sua liberdade, que são mães, são as responsáveis primárias pela criação de seus filhos e são assim vistas por seus familiares. Por isso, seu encarceramento acarreta efeitos tanto nelas como em seus grupos domésticos.<sup>49</sup>

Em “A construção de significados sobre a maternidade na prisão. Mulheres presas em cárceres da província de Buenos Aires, Argentina”<sup>50</sup>, as pesquisadoras Carla Villalta e Florencia Graziano realizam uma

investigação<sup>51</sup> na Unidade Penal 33 de Los Homos, dependente do Serviço Penitenciário Bonaerense (SPB), buscando entender as perspectivas de maternidade tanto sob a ótica dessas mulheres, quanto pelo viés dos agentes penitenciários que convivem diretamente com as mesmas. Em um primeiro momento, é traçado o perfil social que este grupo ocupa na sociedade, de acordo com a Defensoria do Povo da Província de Buenos Aires, cerca de 40% foram presas por delitos simples: posses de entorpecentes, facilitação livre e porte para comercialização: “Ou seja, pela aplicação dos tipos penais previstos na Lei de Entorpecentes 23.737 (Congresso da Nação Argentina, 1989), que desde a sua entrada em vigor resultou num aumento significativo da criminalização de mulheres pobres”<sup>52</sup>. Em relatório<sup>53</sup> publicado em 2013, e que aborda a situação de detentas em toda a Argentina, essas informações se confirmam e se potencializam: com 55,75% das mulheres processadas por delitos relacionados a drogas (Mujeres..., 2013: 7), o que resultou em um aumento significativo de mulheres presas em cárceres federais, “em 193%, enquanto a população masculina cresceu em 111% desde o ano de 1990 até o ano de 2012”<sup>54</sup>, sendo que:

Mais de 85% das mulheres consultadas foram condenadas por delitos motivados por razões econômicas, o que inclui delitos relacionados com drogas e roubos. O Censo Nacional argentino do ano de 2001 registrou que as mulheres eram responsáveis por 81,75% dos lares monoparentais e a maioria desses lares eram pobres.<sup>55</sup>

Mesmo que ambas as pesquisas demonstrem que o aumento da população carcerária feminina esteja relacionado a delitos simples (principalmente endurecimento das políticas antidrogas<sup>56</sup>) e à questão estrutural da pobreza, essas mulheres são duramente julgadas por agentes institucionais e também pela família<sup>57</sup>. No que concerne à maternidade na prisão, a argumentação de muitos funcionários contrários a esta situação e que convivem com mães detentas, aborda questões como: que a criança está sendo privada de sua liberdade, do local não ser adequado para esta

faixa etária afetando o desenvolvimento e a construção da subjetividade e também se ancoram em relatórios de profissionais como pediatras e fonoaudiólogos: “o crescimento inadequado é o tópico aludido para mostrar as consequências nocivas da privação de liberdade e do vínculo particular que as crianças estabelecem com suas mães ao conviver com elas na prisão”<sup>58</sup> (Villalta; Graziana, 2017: 86, tradução nossa). Ainda que as condições de vivência dessas mães e filhos estejam longe de ser adequadas, ao destacar apenas os direitos das crianças “invisibilizam outras facetas do problema e resultam em uma nova culpabilização das presas”<sup>59</sup>. Assim, há o argumento<sup>60</sup> de que as mulheres engravidam ou escolhem estar com seus filhos para obter benefícios, pois o pavilhão das mães conta com outro regime, como o de poderem cozinhar nas celas e estar com as crianças:

Além de uma preocupação real de que as crianças não devem ser tratadas como objetos, que elas devem crescer em um ambiente adequado e que seus direitos devem ser garantidos, as razões pelas quais essas mulheres trazem as crianças para a Unidade são interpretadas como uma oportunidade para tirar proveito de sua condição de mães e usar seus filhos. São recriadas noções sobre as formas e capacidades para o exercício da maternidade que atualizam estereótipos que não são nada originais, que retomam ideias construídas ao longo da história e que são aplicadas às mulheres que são incapazes de adaptar seu comportamento ao que a sociedade espera de uma mãe, ou seja, àquelas que se desviam do modelo de moralidade materna.<sup>61</sup>

Contudo, para as mulheres que exercem a rotina de amamentar, dar colo, dar banho, fazer a comida para o seu bebê, em um regime intensivo, sem o auxílio de um companheiro ou de membros da família, estar atrás das grades e ser mãe é conviver diariamente com um regime de incertezas. É conviver com uma prisão dupla. Além da pena efetiva, elas sabem que não poderão exercer plenamente a maternidade e que possivelmente perderão o amor de seus filhos, no momento da despedida (ao completarem quatro anos de idade<sup>62</sup>, as crianças não podem mais viver na prisão), sua única fonte de felicidade em um sistema de restrições<sup>63</sup>. Ao mesmo tempo se

sentem culpadas por não estarem com seus outros filhos<sup>64</sup>, bem como pelas condições em que o novo bebê é criado, em celas pequenas<sup>65</sup> e privados da convivência social e da liberdade: “O abrir e fechar das grades, o contato com a polícia, o desconhecimento das rotinas habituais do exterior, entre outras coisas, são situações que as crianças naturalizam e isso é uma grande preocupação para elas”<sup>66</sup>.

Talvez os olhos marejados da Irma [Fig.3], que projetam para fora, para além do enquadramento e do dizível, seja o alívio do porvir, de sair dessa prisão dupla, de sair com a filha nos braços, sem vivenciar o instante mais difícil naquele pavilhão, a separação de sua criança. O braço direito parece segurar a filha com força como para que garantir: que dali a pouco estarão longe da unidade penitenciária N° 8<sup>67</sup> (também localizada em Los Hornos, na cidade de La Plata, onde Adriana Lestido realizou esta série). As outras duas mulheres não podemos acessar suas emoções, estão de costas, e são provavelmente mães, que anseiam pelo mesmo instante da companheira, que compartilham o sonho de manter o vínculo<sup>68</sup> maternal iniciado na prisão, e que vivenciam por entre esse abraço um misto de sensações e anseios comuns a elas. Mas, só sabemos que Irma está saindo, e não por exemplo, despedindo-se da menina, por conta da relação ocasional com a palavra. Em algumas páginas do livro, em micro-legendas que surgem no canto inferior da página direita, também posicionada à direita, há frases como a que acompanha a figura 3: “Me sinto tão perdida como no meu primeiro dia em cana. Irma, ao sair em liberdade”<sup>69</sup>. As escolhas pela inserção de legendas parecem buscar situar algumas das situações, neste caso o abraço nas companheiras e na filha, e as lágrimas em direção à câmera, ganham maior dramaticidade ao se tomarem conta do contexto. Mas, a ausência de legendas na maioria das imagens, deixa em aberto, a criação de imaginários a cargo do espectador. Isto é, nas fotografias das figuras 2 e 3 não encontramos por objetivo a didatização da temática e a localização precisa de cada um desses cenários. A força reside no não dito: na não materialização, por exemplo,



dos homens em imagens, na angústia de criar um laço que será rompido. “Depois de conviver durante todo um ano, um dia por semana, com mulheres do cárcere número 8 de La Plata, resultou *Mulheres presas*, um ensaio que mostra o inferno que essas mulheres se vêm submetidas: opressão, solidão, desamparo, sentimento de vazio e insegurança” (Bula, 2013)<sup>70</sup>.



FIG. 3. Adriana Lestido. *Sem título*, La Plata, Argentina, 1991-1993. Fotografia P&B. Livro *Mujeres presas*. Fonte: <http://www.adrianalestido.com.ar>.

Adentramos em fotografias que tocam o documental, bem como se relacionam a um processo de criação própria da linguagem das artes<sup>71</sup>, em que não temos aqui a representação de um modelo de eficácia comum na diversidade de relações praticadas no campo entre arte e política. Conforme aborda e ironiza Jacques Rancière, recorrentemente se critica os estigmas de dominação social ou se busca ridicularizar os ícones midiáticos acreditando “que uma série fotográfica sobre a representação dos colonizados pelo colonizador nos ajudará a escapar hoje das ciladas da representação dominante das identidades” (Rancière, 2012a: 54). Tal lógica representativa viciada<sup>72</sup>, ocasiona um anestesiamiento incapaz de produzir aquilo que Rancière entende por reestruturação da “partilha do sensível”: uma reconfiguração, trazida por obras de artes, nas formas de perceber ao tornar visível quem é invisível, ou trazer à compreensão o discurso de quem é silenciado. Assim, Adriana Lestido cria conscientemente fotografias, marcadas pelo recorte de gênero e potencializadas por aquilo que não se vê: a imagem que não é possível, a da ausência, seja a masculina ou a da própria liberdade (mas também em várias outras camadas) como parte constituinte da formulação das relações, e se aproxima da indagação de uma pergunta que não possui uma única forma de ser respondida: “sob que condições é possível declarar certos acontecimentos irrepresentáveis?” (Rancière, 2012b: 119).

## Conclusões

Em seus cabelos loiros presos em um coque rente à cabeça, sem um fio fora do lugar, temos a imagem carismática de Eva Perón. Carismática, mas também ajustada. Moldada como as bonecas criadas pelo escritor César Aire. Um corpo feminino envolto em um ideal de perfeição. Ainda que não tenha tido filhos, nela temos a associação com a maternidade. A “mãe do povo”. Apesar de contraditória, e dúbia, ao manter o poder nas mãos da burguesia e ao mesmo tempo promover melhorias sociais para as massas: é uma personagem

mítica que ajuda a moldar o imaginário peronista populista e a memória argentina. E dentro desta construção está atrelado o materno impregnado ao discurso biológico (também presente inicialmente em teorias feministas de 1970, posteriormente questionadas), que refletem a subordinação das mulheres como atrelada ao fato destas estarem associadas à natureza e aos homens, à cultura. Mesmo tendo uma das maiores representatividades políticas de seu país, Evita cumpria com a “natureza”: maternal e amorosa, consideradas até hoje inerentes à mulher.

Em contraposição a sua mítica, estão as fotografias das mulheres presas: que deveriam em um discurso corrente abrir mão da maternidade. Assim, a filha de Irma [Fig.3] não podia ter conhecido um mundo por entre grades, a mulher caberia trancafiar-se na própria solidão [Fig.2]. Na formulação deste pensamento temos uma estruturação social que é validada anteriormente, em contextos históricos recentes no cenário argentino: a das militantes grávidas, durante a ditadura militar, que sofrem violências com altos resquícios de crueldade e são duplamente punidas, pois, além de não saberem seu destino, desconhecem o que ocorrerá a seus filhos. E das *Madres de Mayo* que ainda que sendo progenitoras dos “inimigos” do regime são aceitas enquanto mães, por corresponderem à construção de um ideal materno. Nesse sentido, se a mulher é uma “cidadã de bem” alinhada aos moldes daquela sociedade, não só deve, como precisa exercer a maternidade em sua plenitude, isto é, assim como uma *madre de mayo* defender e zelar por sua prole. Em paralelo, se não cumpre com este ideal, deve abandonar este papel, sob o risco de corromper os filhos. Por isso, ao tornar visível imagens que contrapõe um ideal essencialista do ser mãe, Adriana Lestido provoca uma partilha do sensível: “A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades para do espaço e dos possíveis do tempo” (Rancière, 2009: 16). Por entre nuances, entre luz e sombra, essas mulheres são vistas, e nos deslocamentos ocasionados pela fotografia exercem a própria maternidade, para além do maniqueísmo. Não são bonecas idealizadas.

## Referências

- AIRA, C. *A trombeta de vime*. São Paulo: Editora Iluminaras, 2002.
- ABRANTES L.; VERDENELLI Mujeres Presentes: Representaciones Visuales en Disputa. Las fotografías de Adriana Lestido y diversos modos de recrear la feminidad. In: JORNADAS SANTIAGO WALLACE DE INVESTIGACIÓN EN ANTROPOLOGIA SOCIAL. Sección de Antropología Social. 7. *Actas...* Buenos Aires: Instituto de Ciencias Antropológicas/ Facultad de Filosofía y Letras/ UBA, 2013, p.01-21.
- ÁLVAREZ, V.; LAINO SANCHIS, F. Maternidades en cautiverio. Experiencias de maternidad, embarazo y parto en centros clandestinos de detención durante la última dictadura militar argentina. *Mora*, Buenos Aires, v. 26. p. 7-25, 2017.
- BULA, V. *Capturar lo invisible*. Disponível em: <<http://elgranotro.com.ar/capturar-lo-invisible-adriana-lestido/>>. Acesso em: maio 2022.
- CAPELATO, M. H. Memória da ditadura militar argentina: um desafio para a história. *Clio- Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n.24, p.61-81, 2006.
- DOMÍNGUEZ, N. Mirar madres. Adriana Lestido: espacios, rostros, afectos. Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género e Instituto de Literatura Hispanoamericana (UBA). *Mora - Dossier fotógrafos*, Buenos Aires, p. 61-80, 2010.
- DURAND, G. *As Estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- ENRIQUEZ, M. *As coisas que perdemos no fogo*. São Paulo: Editora Intrínseca, 2016.
- FEDERECI, S. Mulheres e bruxas na América. In: \_\_\_\_\_. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017, p. 400-406.
- FERREIRA, D.; D'AMICO, A. *Nítida*, Porto Alegre, 18 ago. 2016. Disponível em: <https://nitidafotografia.wordpress.com/2016/08/18/alicia-damico/>. Acesso em: abr. 2023.
- LETÍCIA P. In: *ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa216185/leticia-parente>. Acesso em: abr. 2023. Verbete da Enciclopédia.
- LESTIDO, A. *Antártida negra*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2017.
- LESTIDO, A. *Antártida negra - Los Diarios*. Buenos Aires: Tusquets, 2017.
- \_\_\_\_\_. Entrevista com Adriana Lestido. *Sientate y observa*. Madrid, 08 de Julio de 2010.
- \_\_\_\_\_. *Interior*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010.
- \_\_\_\_\_. *La obra*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Lo Que Se Ve*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Madres y hijas*. Buenos Aires: La Azotea Editorial, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Mujeres presas*. Buenos Aires: Colección Fotógrafos Argentinos, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Portfólio*. Disponível em: <http://www.adrianalestido.com.ar/es/fotografias.php>. Acesso em: ago. 2021.

LITVIN, L. El sentido de mis fotos es acercarme a la verdad. *Tiempo Argentino*, Buenos Aires, 22 out. de 2013. Disponível em: <http://tiempo.infonews.com/2013/10/22/argentina-111573-el-sentido-de-mis-fotos-es-acercarme-a-la-verdad.php>. Acesso em: ago. 2021.

MICHELOTTI-CRISTÓBAL, G. Eva Péron: Mujer, personaje, mito. *Confluencia Colorado State University*, Colorado, vol. 13, n. 2 p. 135-144, 1998.

MUJERES EN PRISIÓN EN ARGENTINA: causas, condiciones y consecuencias. Relatório realizado por Cornell Law School's Avon Global Center for Women and Justice and International Human Rights Clinic, Defensoría General de la Nación de la República Argentina, The University of Chicago, Law School International Human Rights Clinic. 2013.

NAVARRO, M. El liderazgo carismatico de Evita. *La Aljaba. Segunda epoca*, volume V. Darmouth: Dartmouth College, Estados Unidos, 2000.

NÚÑEZ, C. A. Las abuelas de Plaza de Mayo: su lucha, su dignidad, sus logros. *La Huella de la Palabra*, San Augustin Tlaxiaca, Mexico, n. 12, p.145-159, 2018.

PEÑA, J. A., MAYER, M.; ROSA, M. Feminist Art and "Artivism" in Latin America: A Dialogue in Three Voices". In: FAJARDO, c.; GIUNTA, A. (Orgs.). *Radical Women. Latin American Art, 1960-1985*. Los Angeles: Hammer Museum, 2017, p. 37-41. Catálogo de exposição.

PITA, M. V. La construcción de la maternidad como lugar político en las demandas de justicia. Familiares de víctimas del terrorismo de estado y de la violencia institucional en Argentina. *Arenal*, Granada, v.8, n.1, p.127-154, enero/jun. 2001.

RANCIÈRE, J. *O espectador emancipado*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012a. \_\_\_\_\_ . *O destino das imagens*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012b.

\_\_\_\_\_. *A partilha do sensível: estética e política*. 2a ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

SILVEIRA, P. *A página violada: da ternura à injúria na construção do livro de artista*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS; Fumproarte/SMC, 2001.

\_\_\_\_\_. O livro de artista como documento na metodologia da pesquisa em história da arte. In: COLÓQUIO DO COMITÊ BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE. 22. *Anais...* Brasília: CBHA, 2012, p. 1428-1442.

SMITH, M. F. La insurrección del cuerpo en dictadura. La influencia de Diamela Eltit y Pedro Lemebel. *Revista Historia Autónoma*, Madrid, n. 8, p.133-147, 2016.

SONTAG, S. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Cia. das letras, 2003.

VARELLA, D. *Prisioneiras*. São Paulo: Cia. das Letras. 2017.

VILLALTA, C.; GRAZIANA. F. La construcción de significados sobre la maternidad en prisión. Mujeres presas en cárceles de la provincia de Buenos Aires, Argentina. *Desacatos*, Tlalpan, Mexico, n. 61, p. 82-97, sep./dic. 2019.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: HALL, S.; SILVA, T.; WOODWARD, K. (Orgs.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p.07-72.

## Notas

- \* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Artigo produzido para a disciplina Seminário I, da Linha de Pesquisa Arte, Memória e Narrativa (AMENA). E-mail: luizakons@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0094-7689>.
- 1 Eva Duarte de Perón (1919-1952), mais conhecida por Evita Perón, foi uma atriz casada com Juan Domingo Perón, presidente democraticamente eleito em 1946, depois de um golpe militar iniciado em 1943. É a figura-símbolo do movimento peronista (que leva seu sobrenome). O movimento possui forte influência na política argentina e diversas ramificações, tendo sido caracterizado pelo fortalecimento do movimento operário e pela ampliação dos direitos sociais. Evita esteve ativamente ligada às questões sociais, na luta pela defesa dos direitos humanos, das mulheres e crianças e da classe trabalhadora.
  - 2 *Ibidem*: 119.
  - 3 No artigo “Eva Péron: Mujer, personaje, mito”, Graciela Michelotti-Cristóbal explica que na imagem de uma mãe e amante vigária há a participação ativa da própria Evita em sua construção. Ela colocou em vários de seus discursos que era a ponte de amor entre Perón e o povo e, em sua aparente passividade, estava alguém que queria ascender ao topo do poder. Então, constrói e fomenta uma auto-objetivação como sujeito de veneração, pois esta é a maneira mais efetiva para se desenvolver em um mundo que por sua condição feminina, atrelada a sua origem humilde, lhe é hostil (Michelotti-Cristóbal, 1998: 139). Nesse sentido, ainda que tenha consciência do seu papel na sociedade argentina, continua presa a sua “condição de boneca”.
  - 4 Tradução da autora do original: “(...) para estar cerca del “líder del nuevo mundo: Perón’?”. Era la madre que no había tenido hijos propios, transformada en la Madre de todos”.
  - 5 Tradução da autora do original: “el puente de amor entre Perón y el pueblo”. (*Ibidem*: 41).
  - 6 Parte-se do conceito traçado por Gilbert Durand em seu livro “As estruturas antropológicas do imaginário” (publicado pela primeira vez em 1960), em um contraponto às teorias positivistas que relegam a imagem ao segundo plano, e como uma estrutura complementar que pode ser totalmente decodificada. Afinal, o autor propõe que a imaginação é constituída por imagens simbólicas que, ainda que processadas de modo individual, são culturalmente determinadas. Os símbolos desenvolvem-se então em uma corrente espiralada onde os sujeitos ao mesmo tempo que são influenciados por perspectivas que lhe são anteriores, também contribuem como geradores de símbolos. Na época em que o livro foi publicado por Gilbert Durand, os autores de maior destaque eram Descartes, Hegel e Freud. O lançamento da obra marca um contraste às disputas entre o estruturalismo e a hermenêutica, com a proposta de um estruturalismo figurativo. Ainda que no texto apareçam esquemas de definição sobre o imaginário, o autor critica toda teoria que seja por demais definitiva ao tratar do imaginário.
  - 7 O livro possui dimensões de 23x19 cm e 48 páginas, tendo sido publicado na Colección Fotografos Argentinos, Buenos Aires, em 2001, e a 2ª edição, em 2007.
  - 8 Em 1982, foram iniciadas as primeiras manifestações exigindo publicamente informações sobre os desaparecidos nos anos de regime militar.
  - 9 A fotógrafa argentina Alicia D’Amico (1933-2001), dentre outros trabalhos, dedicou-se a fotografar os protestos das Madres de mayo, durante a Ditadura. Fazia parte da *Unión Feminista Argentina* (UFA) e utilizou sua fotografia como um meio de conscientizar a sociedade acerca das opressões sofridas por mulheres. Junto com Sara Facio (1932), outra importante fotógrafa argentina, e com María Cristina

- Orive (1931-2017), fotógrafa guatemalteca, fundou, em 1973, La Azotea, a primeira editora dedicada à fotografia latino-americana.
- 10 As Madres de Mayo têm por símbolo usar um lenço branco na cabeça que representa as fraldas de seus filhos perdidos.
  - 11 Em 24 de março, O Dia Nacional da Memória pela Verdade e pela Justiça, os argentinos marcham para relembrar as atrocidades cometidas durante o regime, e questionar a ausência de respostas sobre os desaparecidos. Eles gritam “Nunca Más”, que é também o nome dado ao relatório emitido pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP). O documento contém mais de 150 mil páginas e o relato 1.092 testemunhas. Por meio deste, estão a prova de 8.961 desaparecimentos e revelação da existência de 354 centros de detenção clandestinos, com a nomeação de 1.300 oficiais envolvidos em ações de repressão.
  - 12 Tradução da autora do original: “Hace poco me di cuenta de que esa imagen fue fundante de todo mi trabajo posterior. La búsqueda de ellas era también la mía. Lo sigue siendo”.
  - 13 Utilizaremos o conceito de identidade traçado pela autora Kathryn Woodward (2014), para quem as identidades estão em constante transformação e não são unificadas. Nesse sentido, a formulação identitária é historicamente baseada em um discurso de violência, pautado na diferença, isto é, os corpos que não dominam os sistemas de representação são encarados como externos, como “os outros”. Assim se estabelece uma construção identitária essencialista e artificialmente articulada para justificar a opressão sobre estes grupos que não se encaixam no discurso hegemônico, aqueles que não são considerados como “nós”.
  - 14 Entre 1930 e 1976, ocorreram seis golpes liderados por militares. A década de 1970 foi marcada por um período de violência com a radicalização de conflitos políticos e sociais, com o fim da ditadura e a volta do ex-presidente Juan Domingo Perón. Contudo, a volta a um período democrático não significou o fim da violência. As disputas entre peronistas de esquerda e de direita se intensificava, e atrelado a isso, a repressão militar que era organizada por uma organização chamada Triple A (Aliança Anticomunista Argentina), organizada pelo braço direito de Perón José Lopez Rega, em que a tortura e o desaparecimento de militantes de esquerda (inclusive peronistas) aumentou significativamente. Assim, que a vice-presidente María Estela Martínez de Perón assume o poder, após a morte do marido, as tensões sociais estavam no ápice, e a tortura, fuzilamento e sequestro foram instaurados. Práticas que seriam mantidas após Maria Estela ser retirada pelo golpe militar (Capelato, 2006: 65).
  - 15 Para traçar um breve panorama das ditaduras na América Latina apontemos o contexto dos países integrantes do Cone Sul, em que todos passaram por regimes militares na década de 70. No Brasil o golpe ocorreu 1964 com a deposição do então presidente João Goulart, Jango, por meio do Ato Institucional nº 1, e a permissão para que o Congresso escolhesse um novo presidente. O escolhido foi o general Humberto de Alencar Castelo Branco. Assim, o país contou uma sucessão de presidentes militares, tendo a ditadura interrompida apenas em 1985. No Paraguai, o golpe ocorreu em 1954 com a queda do presidente Frederico Chávez e a posse do general Alfredo Stroessner. No Chile, a ditadura militar ocorreu entre 1973 e 1990 sob a liderança de Augusto Pinochet, que derrubou o presidente democraticamente eleito Salvador Allende. E no Uruguai, o período ditatorial é também iniciado em 1973, embora não tenha havido uma tomada de poder como nos outros exemplos, o então presidente eleito democraticamente Juan María Bordaberry, junto ao general Antonio Francese que nomeou como Ministro da Defesa, em uma tentativa de conter a crescente influência das Forças Armadas (sem sucesso), cria o Pacto de Boiso Lanza, junto aos militares (que a essa altura já tinham se rebelado). Desse modo, surge o Conselho de Segurança Nacional (Cosená), no qual o presidente faz parte, e a presença militar se torna institucionalizada. Os militares governaram o Uruguai até 1985.

- 16 São inúmeros os trabalhos que podem ser citados como símbolos de resistência e denúncia aos regimes ditatoriais da América Latina, em diversas linguagens artísticas. No campo das artes visuais brasileiras, no segmento do livro de artista temos, o *Livro Carne* feito em 1979 por Artur Barrio. O artista propõe com este livro perecível, feito de carne, uma experiência sensorial e desconcertante para falar sobre a ditadura militar brasileira com toda a indigestão e sangue que a rodeia. Também há a série *Fotopoemação* (1973 a 2011) da artista Anna Maria Maiolino inspirada em seus poemas autorais e resultado de registros de suas performances. No tríptico *É O Que Sobra* (1974), vemos em fotografias em preto e branco e planos, planos detalhes de Anna com a tesoura posicionada rente ao nariz, simulando o corte e depois rente a língua, como se fosse cortá-la fora. Dado o contexto político brasileiro esta e outras obras presentes em *Fotopoemação* são associadas à violência sobre os corpos. Além disso, de acordo com a pesquisadora argentina María Laura Rosa, não só as questões relacionadas à liberdade de expressão influenciaram a produção da artista, como também o contexto histórico do período marcado pela luta pelos direitos das mulheres.
- 17 Arquipélago no Atlântico Sul, as ilhas Malvinas, são conhecidas em inglês como Falklands. O território era ocupado, desde 1883, pela Grã-Bretanha com sua administração. Devido à proximidade geográfica com a Argentina, a população deste país sempre considerou as ilhas como integrante do território nacional e nunca aceitou a ocupação britânica. Dada a questão política enfrentada em 1982, pela Argentina, em que os ditadores eram acusados de má administração e abusos de direitos humanos, o então ditador no poder, Leopoldo Galtieri, enviou tropas às ilhas em 1982. Neste mesmo ano, em 2 de abril, as tropas argentinas tomaram a capital das Malvinas, Stanley. Mas, não esperavam que a Grã-Bretanha reagisse prontamente à invasão enviando uma população de 28 mil combatentes, quatro vezes o tamanho da tropa dos rivais, e que contasse com o apoio dos Estados Unidos. O fracasso na empreitada contribuiu diretamente com o fim do regime ditatorial argentino.
- 18 Além de *Madres y hijas* e *Mujeres presas*, publicou *Interior* (2010), *La Obra* (2011), *Lo Que Se Ve* (antologia), (2012), *Antártida negra* (2017) e *Antártida negra-Los diarios* (2017).
- 19 De acordo, com a pesquisadora Nora Domínguez, no período democrático surgem outras agrupações de mães que reclamam outras situações de injustiça como: Las Madres del Dolor, a Red de Madres contra el paco y por la vida, e o grupo de Madres contra la Trata de persona.
- 20 Tradução da autora do original: "Sin tratarse de un movimiento feminista ni autodefinido como movimiento de mujeres, en este abanico de organizacioness y movimientos de demanda por justicia ellas tienen una presencia mayoritaria y por lo demás cuestion que llamó especialmente nuestra atención, es constante la autodenominación de las mujeres como madres".
- 21 Tradução da autora do original: "La construcción de la maternidad como lugar político en las demandas de justicia. Familiares de víctimas del terrorismo de estado y de la violencia institucional en Argentina".
- 22 *Ibidem*: 140.
- 23 Tradução da autora do original: "Valores y representaciones tradicionales y hegemónicas de género".
- 24 Conforme apontado por Silvia Federeci (2017: 401), em seu livro *Calibã e a Bruxa*, a partir do século XV, para que o capitalismo conseguisse se consolidar enquanto o sistema financeiro hegemônico, iria se estabelecer a caça às bruxas como estratégia de dominação do corpo feminino, o qual passa a ser visto como possuído pelo demônio e como instrumento de posse dos aparelhos governamentais. A autora explica que o silenciamento do corpo das mulheres foi também *importado* pelos colonizadores: assim, se antes nas civilizações pré-colombianas havia importantes divindades femininas nas religiões e as mulheres ocupavam posições de poder, com a chegada dos espanhóis essas relações foram alteradas, numa nova modalidade organizacional em que, "embora não fossem iguais aos homens



- eram consideradas complementares a eles quanto a sua contribuição na família e na sociedade”.
- 25 Em outras palavras, é justamente as características identitárias (mães e donas de casa) que as deixariam afastadas das lutas sociais, por estarem restritas a um universo privado e deslocadas dos coletivos, que potencializam e dão força e ação ao seu discurso político (*Ibidem*: 141).
- 26 Tradução da autora do original: “Es a través de ideas como la de la mujer protectora y defensora de su hogar, que esas mujeres salieron a la calle”. (*Ibidem*: 141).
- 27 Tradução da autora do original: “De la maternidad como y reproducción humana como elemento definitorio de identidad femenina”. (*Ibidem*: 143, tradução nossa).
- 28 Dentre as conquistas, o grupo conseguiu impulsionar amparadas pela lei, em 1987, a criação do Banco Nacional de Dados Genéticos, o primeiro banco de dados genéticos do mundo. Por meio deste é possível a restituição de identidade dos desaparecidos. As amostras genéticas das famílias que buscam seus netos desaparecidos permanecerão disponíveis até 2050, no hospital Durand de Buenos Aires (Núñez, 2018: 149). Outra conquista importante nos anos 1990 foi o laboro jurídico das avós de maio, que junto a um grupo de advogados foram conhecendo os elementos legais que sustentam demandas e gerando uma jurisprudência – tanto nacional quanto internacional –, que atualmente, constitui um corpus jurídico fundamental em que elas mesmas se encarregaram de publicar as sentenças que se vinculavam as suas causas. É também graças a este movimento que na Convenção sobre os Direitos das crianças da ONU, em 1989, se inclui o “direito à identidade”, sendo elas as promotoras dos três artigos 7, 8 e 9 – conhecidos como os “artigos argentinos” da declaração de direitos aprovada em 20 de novembro na Assembleia Geral da ONU (Núñez, 2018: 152).
- 29 A autora Elizabeth Jelin (2002: 62) aponta que os símbolos de sofrimento personal tendem a ser corporificados nas mulheres – as mães e avós de maio no caso argentino – enquanto os mecanismos institucionais pertencem aos homens.
- 30 Nesse sentido o “ser mãe” é exercer a maternidade de acordo com o padrão de pensamento vigente: onde está é uma função intrínseca e natural à mulher, em que a criança está sempre em primeiro plano e as ações e desejos delas estão única e exclusivamente relacionadas aos filhos.
- 31 Um corpo passivo à dominação do aparelho estatal. É importante destacar que mesmo as organizações revolucionárias não tendo por objetivo nenhuma modificação na hierarquia de gênero: as mulheres presentes na militância eram uma afronta a este imaginário de um corpo feminino passivo e frágil (Álvares; Laino Sanchis, 2017: 9).
- 32 A figura de mulheres que trabalham como putas durante o regime ditatorial chileno, é abordada por Diamela Eltit (1949). Em sua obra *Zonas de dolor* (1980), a escritora, artista e professora universitária chilena questiona a invisibilização das prostitutas e seus familiares. Um ano depois de fazer parte do coletivo artístico CADA, um símbolo ao combate da violência de estado promovida pelo general Pinochet, elabora uma proposta onde a ideia do luto é abordada e politizada. Dentre as ações da obra, que é dividida em três partes, está a leitura de trechos de seu primeiro romance *Lumpérica* dentro de um bordel, em um ato aberto que contava com a presença de intelectuais, pessoas do ambiente cultural de Santiago e prostitutas. Dentro os trechos lidos estão questionamentos do modo como os corpos femininos são tratados e encarados “A idéia de alteridade, que os relega constantemente para as margens. Estende esta leitura aos outros corpos, também marginalizados e periféricos, que perturbam a verticalidade proposta pela ditadura.” (“La idea de otredad, que las relega al margen constantemente. Hace extensiva esta lectura a los otros cuerpos, también marginados y periféricos que molestan a la verticalidad propuesta por la dictadura.”) (Smith, 2016: 137, tradução nossa). Outra ação realizada por Eltit, como primeira parte da obra, foi a de caminhar pela rua do prostíbulo e se

- cortar e jogar ácido nos braços e pernas como ressignificação de seu corpo social e político “então recita trechos de seu romance, deixando claro que sua escrita contorna permanentemente a censura.” (“Luego recita fragmentos de su novela, dejando claro que su escritura sorteia permanentemente la censura.”) (Smith, 2016: 137, tradução nossa).
- 33 Várias mulheres denunciaram abortos praticados sem o seu questionamento (Álvares; Laino Sanchis, 2017: 10).
- 34 Tradução da autora do original: “La “subversión” era vista por los militares como una enfermedad que buscaba infectar dicho cuerpo corrompiéndolo desde la base, desde el nivel celular, desde el interior de la familia. La obligación del Estado era “curar el tejido social enfermo”, ejerciendo su autoridad sobre los “agentes patológicos”; debía usar su autoridad para aniquilar a la “subversión” y preservar a la familia argentina”.
- 35 Tradução da autora do original: “Maternidades en cautiverio. Experiencias de maternidad, embarazo y parto en centros clandestinos de detención durante la última dictadura militar argentina”. (*Ibidem*: 12).
- 36 Os pesquisadores destacam tratar-se de depoimentos raros, uma vez que a maioria das grávidas presas durante o regime ditatorial argentino foram assassinadas.
- 37 Tradução da autora do original: “En la mayoría de los casos, las sobrevivientes relatan que ellas, o sus compañeras de cautiverio, esperaron el parto en condiciones infrahumanas y humillantes”.
- 38 *Ibidem*: 13.
- 39 Tradução da autora do original: “Dentro de los mismos espacios concentracionarios los perpetradores crearon verdaderas “maternidades” clandestinas” (*Ibidem*: 15).
- 40 Tradução da autora do original: “La mayoría de los/as niños/as nacidos/as en cautiverio fueron separados/as de sus madres y apropiados/as por agentes de la represión u otras personas allegadas”. (*Ibidem*: 14).
- 41 *Ibidem*: 19.
- 42 *Ibidem*: 16.
- 43 *Ibidem*: 16.
- 44 Tradução da autora do original: “Lo que interesaba a los represores no era la suerte corrida por las experiencias maternas concretas y reales de esas mujeres que, en tanto “subversivas”, habían sido degradadas simbólica y materialmente, sino reforzar la maternidad como institución patriarcal, como elemento estructurante de las relaciones jerárquicas de género que habían sido puestas en tensión. Más aún, la distinción conceptual entre la maternidad como institución y como experiencia nos permite acercarnos a la comprensión de los sentidos que estas mujeres le otorgaron a sus vivencias de embarazo y maternidad en cautiverio, sentidos que iban mucho más allá de lo que decían, hacían y pretendían los agentes del poder concentracionario” (*Ibidem*: 24).
- 45 As questões relacionadas ao corpo feminino nos períodos ditatoriais e pós-ditatoriais da América Latina estão presentes em trabalhos abordados por artistas mulheres que vivenciaram estes regimes. No Brasil, temos o exemplo emblemático da obra criada por Letícia Parente (1930-1991), intitulada de *Marca Registrada* (1975). Trata-se de um vídeo em preto e branco de 10 minutos que mostra em super close a artista costurando a sola dos pés, com a agulha e linha, a expressão “MADE IN BRASIL”. *Marca registrada* (1975) é uma crítica ao período da ditadura militar (1964-1985), em que os corpos passam a ser tratados como mercadoria, em um regime em que a violência e o cerceamento da liberdade prevalecem.

- 46 A relação também é sugerida quando a personagem descreve a ausência de arcada dentária do crânio, uma vez que a dentição é o modo de identificação de corpos. E a estratégia do regime foi a de “sumir” com as provas.
- 47 *Ibidem*: 95.
- 48 Rita Felski nasceu em 1956 e é uma acadêmica e crítica feminista estadunidense. Ministra aulas na Universidade da Virgínia e em Niels Bohr, Universidade do sul da Dinamarca. Possui vários estudos nas áreas de estética e teoria literária, teoria feminista, modernidade, pós-modernidade e estudos culturais. É autora de *Beyond Feminist Aesthetics: Feminist Literature and Social Change* (Harvard UP, 1989) e de *Literature After Feminism* (Chicago UP, 2003), entre outros livros.
- 49 Tradução da autora do original: “Debido em mayor medida a la naturalización de la función materna y los papeles estereotipados de género, las mujeres privadas de su libertad, que son madres, han sido las responsables primarias de la crianza de sus hijos y son visualizadas así por sus familiares. Por eso su encarcelamiento acarrea efectos tantemen ellas como en sus grupos domésticos”. (*Ibidem*: 85).
- 50 Tradução da autora do original: “La construcción de significados sobre la maternidad en prisión. Mujeres presas en cárceles de la provincia de Buenos Aires, Argentina”.
- 51 O material analisado foi produzido durante os anos de 2012 e 2012, em uma investigação conjunta com a Equipe de Antropologia Política e Jurídica da Universidade de Buenos Aires e o Observatório de Violência de Gênero da Defensoria do Povo e da pba. Foram entrevistadas 22 mulheres do pavilhão denominado das mães, e de população com filhos que vivem fora da Unidade. Também foram entrevistados familiares que cuidam dos filhos dessas mulheres (em geral, mãe e avós maternas), integrantes de grupos e organizações vinculados ao tema, profissionais da Unidade e agentes judiciais.
- 52 Tradução da autora do original: “Esto es, por la aplicación de los tipos penales previstos en la Ley de Estupefacientes 23.737 (Congreso de la Nación Argentina, 1989), que desde su entrada en vigencia se tradujo en un incremento significativo de la criminalización de mujeres pobres” (*Ibidem*: 85).
- 53 O relatório “Mujeres en prisión en Argentina: causas, condiciones y consecuencias” foi desenvolvido em conjunto pelas seguintes instituições: Cornell Law School’s Avon Global Center for Women and Justice and International Human Rights Clinic Defensoría General de la Nación de la República Argentina, The University of Chicago Law School, International Human Rights Clinic. A investigação incluiu a busca de documentação, entrevistas com especialistas e com mulheres presas, e uma enquete realizada com quase 30% das mulheres alojadas em cárceres federais.
- 54 Tradução da autora do original: “El 193%, mientras que la población masculina creció el 111% desde el año 1990 hasta el año 2012”. *Ibidem*, p.7, tradução nossa.
- 55 Tradução da autora do original: “Más del 85% de las mujeres consultadas fueron condenadas por delitos motivados por razones económicas, los que incluyen delitos relacionados con drogas y robos. El Censo Nacional argentino del año 2001 registró que las mujeres estaban a cargo del 81,75% de los hogares monoparentales y la mayoría de estos hogares eran pobres”. (*Ibidem*: 7).
- 56 A estratégia de uma “guerra global contra as drogas” é parte da explicação para o aumento das taxas de encarceramento feminino na Argentina e em outros países da América Latina. Houve uma pressão por parte dos Estados Unidos para que os países latino-americanos aumentassem a perseguição e o combate a delitos relacionados a drogas. Mas na prática a aplicação dessa política se centrou nos estratos sociais mais baixos e nas mulheres, sem que os membros do alto escalão do narcotráfico fossem detidos de fato. (Villalta; Graziana, 2013: 7).
- 57 Em seu livro *Prisioneiras*, Drauzio Varella conta suas experiências como médico voluntário em um

presídio feminino, durante 11 anos, em que a solidão e o abandono familiar é uma constante. “De todos os tormentos do cárcere, o abandono é o que mais aflige as detentas. Cumprem suas penas esquecidas pelos familiares, amigos, maridos, namorados e até pelos filhos. A sociedade é capaz de encarar com alguma complacência a prisão de um parente homem, mas a da mulher envergonha a família inteira” (Varela, 2017: 27).

- 58 Tradução da autora do original: “El crecimiento inadecuado es el tópico aludido para mostrar las consecuencias nocivas del encierro y del vínculo particular que los niños establecen con sus madres al convivir con ellas en prisión”.
- 59 Tradução da autora do original: “Invisibilizan otras facetas del problema y redundan en una nueva culpabilización de las presa.” (*Ibidem*: 86).
- 60 Outro ponto que é destacado é o de que essas mulheres vieram de contextos de carência e de que não foram criadas por suas mães, e desse modo não saberiam exercer a maternidade. Nesse sentido, na visão desses funcionários, o melhor que podem fazer é se “empoderar” e abrir mão do contato com seus filhos (*Ibidem*: 86).
- 61 Tradução da autora do original: “Más allá de una verdadera preocupación acerca de que los niños no sean tratados como objetos, crezcan en un ambiente adecuado y sus derechos sean garantizados, las razones por las que estas mujeres ingresan a los niños a la Unidad se interpretan como una oportunidad de aprovechar su condición de madres y utilizar a sus hijos. Se recrean nociones sobre las formas y capacidades para el ejercicio de la maternidad que actualizan estereotipos nada originales, que retoman ideas construidas a lo largo de la historia y que se aplican a las mujeres imposibilitadas de adecuar sus conductas a lo que la sociedad espera de una madre, es decir, a quienes se apartan del modelo de moralidad materna.” (*Ibidem*: 88).
- 62 Na época em que o livro foi lançado, a idade era de dois anos. No livro *Mujeres presas*, ao final da sequência de fotos, e antes de uma biografia da fotógrafa, e da versão dos textos disponibilizada em inglês, há um pequeno texto que contextualiza a situação das mulheres presas: “En Argentina, las mujeres pueden estar con sus hijos en prisión hasta que se cumplan los dos años de edad. Luego, pierden la patria posterdad y el Juez al cargo decide el destino del hijo. Algunos siguen un tiempo, más en la prisión hasta la liberación con la madre. Otros son encargados a familiares, orfanatos, o familiares adoptivos temporales.”
- 63 *Ibidem*: 89.
- 64 Conforme já citado, geralmente as presidiárias já são mães e estas crianças ficam aos cuidados de grupos familiares frágeis. (*Ibidem*: 89).
- 65 As pesquisadoras citam que no presídio que estiveram “O pavilhão das mães tem duas plantas que contam com 12 celas individuais de 4 m2. Dispõem de uma única cozinha e um espaço de uso comum. De acordo com a estação do ano, faz muito frio ou calor excessivo, há umidade e as condições de higiene são precárias, a comida estraga, e o ambiente está cheio de baratas”. Tradução da autora do original: “El pabellón de madres tiene dos plantas y cuenta con 12 celdas individuales de 4 m2 . Dispone de una única cocina y un espacio de uso común. Según la estación del año, hace mucho frío o calor excesivo, hay humedad y las condiciones de higiene son muy malas, la comida se echa a perder y abundan las cucarachas.” (*Ibidem*: 89).
- 66 Tradução da autora do original: “El abrir y cerrar de las rejas, el contacto con la policía, el desconocimiento de las rutinas habituales del exterior, entre otras cosas, son hechos que los niños naturalizan y esto es una gran preocupación para ellas.” (*Ibidem*: 90).

- 67 Tradução da autora do original: “Fue creada en 1935 y forma parte del archipiélago carcelario que regula el Servicio Penitenciario Bonaerense. Esta unidad posee dos tipos de regímenes: cerrado y abierto, con las modalidades estricta y atenuada, según lo establece la Ley Provincial de Ejecución Penal N°12.256. Las mujeres que se encuentran detenidas aquí, además de poder permanecer junto a sus hijos hasta que ellos hayan alcanzado los cuatro años de edad, pueden iniciar o continuar con sus estudios en los niveles primarios- EGB de adultos-, secundarios y Universitarios, así como realizar cursos de Formación Profesional.” (Abrantes; Verdenelli, 2013: 12).
- 68 Em sua pesquisa, Carla Villalta e Florencia Graziana (2017: 91) afirmam que ao questionar essas mulheres sobre a separação de seus filhos todas são unânimes e consideram que as crianças estarão melhor com elas, e nenhuma está disposta a se desvincular e entregar o filho para adoção. Além disso, a opção de entregar as crianças para viver com a família, propostas pelos funcionários, constitui-se em uma ameaça de ruptura total de vínculo, isso porque essas mulheres se encontram em um lugar de instabilidade, isto é, caso queiram estabelecer algum pedido para encontrar e manter contato com os filhos, é provável que não consigam.
- 69 Tradução da autora do original: “Me siento tan perdida como en mi primer día em cana” Irma, ao salir em libertad” (Lestido, 2001).
- 70 Tradução da autora do original: “Después de convivir durante todo un año, un día a la semana, con las mujeres de. la cárcel número 8 de La Plata, resultó Mujeres presas, un ensayo que muestra el infierno al que esas mujeres se ven sometidas: opresión, soledad, desamparo, sentimiento de vacío e inseguridad”.
- 71 Entendemos que estas fotografias atuam em um regime de ambivalência enquanto obra de arte e documento histórico, conforme aborda Paulo Silveira em seu livro *A página violada: da ternura à injúria na construção do livro de artista*.
- 72 Paralelo também traçado por Susan Sontag (2003) em *Diante da dor dos outros*, em que aponta como o excesso de imagens de guerra (produzidas em larga escala desde a guerra do Vietnã), não é a solução para o fim da violência, e gerou espectadores acostumados a visualizar este tipo de imagem (não se trata de serem insensíveis, mas autora esmiúça como a questão é muito mais complexa).

Artigo submetido em outubro de 2022. Aprovado em fevereiro de 2023.